

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

#### Despacho n.º 14718/2009

A Câmara Municipal da Guarda optou por promover a conversão da Comissão Técnica constituída pelo Despacho n.º 9149/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 2 de Maio, em CA (Comissão de Acompanhamento) da Revisão do PDM, prevista no n.º 2 do artigo 22.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, tendo para o efeito remetido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro uma proposta de composição da mesma.

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, determino:

Composição da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM da Guarda:

Câmara Municipal da Guarda;  
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (que preside);  
Assembleia Municipal da Guarda;  
Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP;  
Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP;  
Administração da Região Hidrográfica do Tejo, IP;  
Autoridade Florestal Nacional;  
Autoridade Nacional de Protecção Civil;  
Direcção-Geral de Energia e Geologia;  
Direcção-Geral do Ensino Superior;  
Direcção Regional da Economia do Centro;  
Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;  
Direcção Regional de Cultura do Centro;  
EP — Estradas de Portugal, SA;  
Guarda Nacional Republicana;  
ICP — Autoridade Nacional das Comunicações;  
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP;  
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP;  
Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP;  
Instituto das Infra-Estruturas Rodoviárias, IP;  
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP;  
Instituto do Desporto de Portugal, IP;  
Polícia de Segurança Pública;  
REFER — Rede Ferroviária Nacional, EPE;  
Turismo de Portugal, IP;  
Unidade Local de Saúde;  
Câmara Municipal de Belmonte;  
Câmara Municipal de Celorico da Beira;  
Câmara Municipal de Manteigas;  
Câmara Municipal de Pinhel;

15 de Junho de 2009. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.  
201948004

### Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

#### Aviso n.º 11588/2009

##### Procedimento concursal comum n.º 3/DRH/2009.

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que por Deliberação do Conselho Directivo do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP (IHRU, IP) de 16 de Abril de 2009, se procede à abertura de procedimento concursal comum pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicitação no *Diário da República*, para a ocupação de 1 posto de trabalho para a carreira/categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, com duração previsivelmente até Abril de 2011, do mapa de pessoal do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, IP (IHRU, IP).

O presente procedimento foi precedido de consulta à entidade centralizada para a constituição de reservas de recrutamento (ECCRC) nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da referida Portaria.

1 — Identificação e caracterização do Posto de Trabalho — 1 posto de trabalho para a seguinte actividade: assessoria técnica na gestão de projectos de intervenção comunitária.

1 — 1 Apoio à chefia de projecto na implementação do Plano de Acção da Cova da Moura, com intervenção transversal nas seguintes áreas:

- a) Fomento da interacção entre os vários actores e parceiros;
- b) Preparação e planificação, em conjunto com os parceiros, das actividades previstas no Plano de Acção;
- c) Colaboração na captação de recursos necessários à implementação das acções;
- d) Organização de elementos para avaliação da Iniciativa Bairros Críticos sobre as actividades em que vier a estar envolvido;

1 — 2 Assegurar a construção, em conjunto com os parceiros, do programa funcional de um equipamento central de qualidade que possua várias valências e garanta a prestação de vários serviços, não só à população do bairro mas, também, à envolvente.

1.3 Preparar e planificar, em conjunto com os parceiros, as actividades relacionadas com os objectivos e funcionalidades definidas para o equipamento central.

2 — Local de trabalho — Bairro da Cova da Moura, Concelho da Amadora.

3 — Legislação aplicável — Rege-se pelas disposições contidas na Lei n.º 12 -A/2008 (LVCR), de 27 de Fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de Dezembro, na Portaria n.º 83 — A/2009, de 22 de Janeiro e no Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho.

4 — Requisitos do trabalhador:

4.1 — Para além dos requisitos necessários à constituição da relação jurídica de emprego público constantes no artigo 8.º, da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), os candidatos deverão possuir a titularidade do grau académico de licenciatura ou superior e existência de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida na modalidade de contrato.

Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados nas carreiras, sejam titulares das categorias em referência e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho no mapa de pessoal do IHRU, I.P. idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento.

4.2 — Preferencialmente deverão observar cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Experiência profissional comprovada na gestão de projectos de intervenção comunitária;

b) Experiência na dinamização e gestão de relações inter-institucionais;

c) Experiência de trabalho em meios multiculturais;

d) Boa avaliação de desempenho em actividades semelhantes;

e) Características comportamentais:

Facilidade de estabelecer relações interpessoais empáticas;

Comunicação clara, precisa, persuasiva e assertiva;

Facilidade em trabalhar em equipas multidisciplinares;

Capacidade de negociação e persuasão;

Capacidade de programar, organizar e controlar a actividade e projectos variados.

f) Características psicológicas:

Adaptação às diferenças individuais, situacionais e socioculturais e a ambientes adversos;

Iniciativa e capacidade de adaptação a situações imprevistas;

g) Conhecimentos de informática na óptica do utilizador.

5 — Métodos de selecção

5.1 — Os candidatos realizarão os seguintes métodos de selecção eliminatórios de per si:

a) Avaliação curricular a qual visa analisar a qualificação dos candidatos, nos termos dos artigos. 11.º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de Janeiro e al. a) do n.º 2 do artigo 53.º da LVCR; e

b) Entrevista de avaliação de competências.

5.2 — As ponderações a utilizar para cada método de selecção são as seguintes:

Avaliação curricular — 60% e Entrevista de Avaliação de Competências — 40%.

5.3 — Os parâmetros de avaliação de cada um dos métodos de selecção e a respectiva ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final constam de actas de reuniões do júri do procedimento sendo as mesmas facultadas aos concorrentes sempre que solicitadas.

5.4 — A valoração final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção.